



MPDFT

em revista

Uma publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Ano V • jan-mar • Nº 9

Planejamento: MPDFT define estratégias até 2009

Sumário



CAPA
Ministério Público traça metas
para o futuro

CEILÂNDIA

Projetos nas áreas cível e criminal
atendem a população de Ceilândia



GAMA
Atendimento às famílias da cidade garante
redução da criminalidade

PATRIMÔNIO PÚBLICO
Atuação conjunta aumenta fiscalização
sobre dinheiro público



PDIJ
Promotoria atua na prevenção
ao uso de drogas

DELITOS DE TRÂNSITO
Projeto pretende reduzir a violência
no trânsito da capital



PROFIDE
Fundo de DNA garante às crianças
do Distrito Federal o direito à paternidade



Publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Eixo Monumental – Praça do Buriti,
Lote 2, Edifício-Sede – Brasília-DF
CEP: 70.091-900

Telefones: (61) 3343-9604/
3343-9601/ 3343-9690

Fax: (61) 3344-8251
www.mpdft.gov.br

Procurador-Geral de Justiça

Leonardo Azeredo Bandarra

Vice-Procuradora-Geral de Justiça

Maria Aparecida Donati Barbosa

Corregedor-Geral

Vitor Fernandes Gonçalves

Chefe de Gabinete

Karel Ozon Monfort Couri Raad

Assessoria de Políticas Institucionais

Dênio Augusto de Oliveira Moura
e Libanio Alves Rodrigues

Diretor-Geral

Moisés Antônio de Freitas

Coordenação do Projeto

Assessoria de Comunicação do MPDFT
Fernanda Lambach

Produção Editorial

Liberdade de Expressão

Revisão

Adriana Custódio e Daniele Costa

Fotografias

Geyzon Lenin, José Evaldo Vilela
e Tiago da Arcela

Ilustrações

Irene Sesana

Jornalista responsável

Patrícia Cunegundes DRT 1050/CE
Tiragem: 3.000 exemplares

Impressão

Speed Gráfica Editora



Em 2008, nossa Constituição completará 20 anos. Sua promulgação, sem dúvida, constituiu um marco para o Ministério Público Brasileiro, que, investido de novas garantias e prerrogativas, tornou-se guardião do regime democrático, da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

A partir daí, iniciou-se o movimento histórico de Procuradores e Promotores de Justiça para conquistar, de fato, o que já lhes havia sido confiado de direito pelo legislador constituinte. Com isso, inúmeras atribuições foram agregadas à missão do Ministério Público, como a defesa dos direitos e garantias assegurados a crianças e adolescentes, o controle externo da atividade policial e a proteção do patrimônio público, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

De um lado, o Ministério Público passou a contar cada vez mais com o respeito e a confiança dos brasileiros, em razão dos inegáveis avanços obtidos nesse curto período; em contrapartida, cresceram também a

demanda e as expectativas da sociedade em relação ao trabalho desenvolvido pela Instituição.

Ultimada essa fase inicial de consolidação institucional, colocam-se diante de nós alguns novos desafios: 1) estabelecer prioridades e estratégias de atuação; 2) promover uma maior integração entre os diversos órgãos de execução; 3) incrementar a atuação do Ministério Público como agente fiscalizador e fomentador de políticas públicas; 4) otimizar os recursos humanos e materiais disponíveis; e 5) dotar a Instituição de estrutura e aparato técnico necessários ao eficaz enfrentamento da criminalidade organizada e da nova realidade social.

As bases para que tudo isso se torne realidade já foram lançadas. Sabemos, contudo, que ainda há muito a ser feito para que os próximos 20 anos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios sejam ainda mais produtivos e coroados de muito sucesso, em benefício da sociedade.

Leonardo Azeredo Bandarra

Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Planejar é preciso

MPDFT desenvolve o Projeto Políticas de Atuação e se prepara para o futuro

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios iniciou o ano de 2008 dentro de um cenário positivo. A alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal aumentou em aproximadamente 40% o limite fixado sobre a receita corrente líquida para despesas com pessoal. Somam-se a isso a implementação do Projeto de Política de Atuação

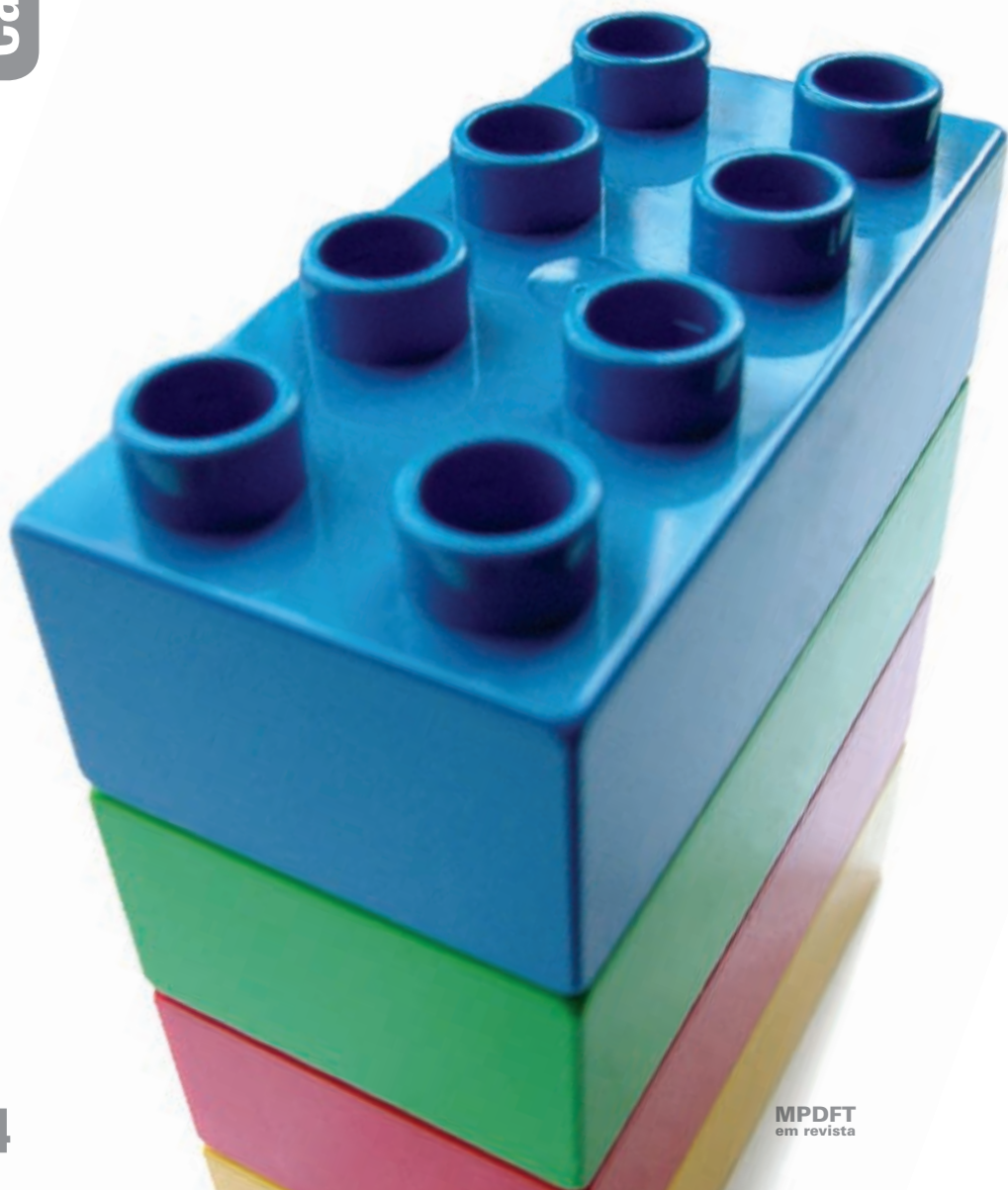
– PPA 2007-2009, que traça o planejamento estratégico das diversas Promotorias de Justiça, e as propostas da Comissão de Reestruturação, que pretendem apontar novos caminhos a serem percorridos pela Administração.

Para acompanhar a evolução das necessidades do órgão e construir uma gestão autônoma

e participativa, capaz de respaldar as demandas da sociedade, a Administração prossegue com o Projeto Política de Atuação, que oferece aos Membros a oportunidade de definir as prioridades das Promotorias de Justiça em que atuam. A idéia é estabelecer uma cultura institucional baseada no planejamento estratégico, utilizando uma metodologia de trabalho que garanta a participação de Membros e Servidores.

Na elaboração dos projetos não faltou dedicação nem criatividade. As Promotorias-Chefes mobilizaram os Promotores de Justiça para desenvolver iniciativas com metas a serem alcançadas no período de maio de 2007 a junho de 2009. Os trabalhos, que já estão em fase de implementação, podem ser conferidos nesta edição da *Revista*. O que se pode perceber, a partir dos projetos, é a convergência na atuação das Promotorias. Existe grande preocupação com a criança e o adolescente, a família e os crimes cometidos com armas de fogo.

Para o Assessor de Políticas Institucionais Dênio Augusto de Oliveira Moura, “o sucesso dos projetos depende essencialmente do



comprometimento de cada Promotor e de cada Servidor para transformar idéias em realidade”. Ele também destaca a importância do planejamento estratégico como forma de tornar compatíveis os princípios constitucionais da unidade e da independência funcional.

O PPA 2007-2009, em relação à primeira versão (2005-2006), sofreu algumas alterações, como a regionalização dos projetos e a avaliação e acompanhamento periódicos. “O planejamento é um processo cíclico e, por isso, não deve ser interrompido, tampouco vinculado apenas ao mandato do Procurador-Geral de Justiça”, declarou o Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Leonardo Azeredo Bandarra. Os projetos concluídos na primeira versão do Projeto Política de Atuação 2005/2006 demonstraram que é necessário empreender esforços para mudar a realidade em que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios está inserido.

Trabalhar com planejamento estratégico aplicado à atividade fim é um grande avanço para o Ministério Público. No entanto, para o sucesso da iniciativa, é necessário um engajamento de todos os níveis da instituição, pois, cada vez mais, o planejamento está inserido na rotina da Administração Pública. No MPDFT, o Projeto de Política de Atuação é um sinal desses novos tempos.

Outros projetos em andamento

- O estabelecimento de parcerias entre a Procuradoria-Geral de Justiça e os demais órgãos de execução do MPDFT tem se mostrado um meio eficaz para o cumprimento de nossa missão constitucional, a exemplo do que ocorreu com o Termo de Ajustamento de Conduta nº 2/2007, voltado para a Regularização dos Parcelamentos do Solo no Distrito Federal. Buscou-se assegurar uma atuação integrada e coordenada das diversas áreas envolvidas – PRODEP, PROURB, PRODEMA, Promotoria de Registros Públicos e outras –, ampliando a interlocução do MPDFT com outros órgãos e entidades governamentais ou não governamentais, com amplo respeito à garantia da independência funcional.
- Encontros temáticos realizados pela Procuradoria-Geral de Justiça ao longo de 2007 tiveram o propósito de construir um pensamento institucional participativo, consistente e sustentável sobre temas extremamente relevantes para o MPDFT, dotado de mecanismos de reavaliação e aperfeiçoamento contínuo. A idéia é fazer com que os encontros se tornem uma ferramenta permanente de integração institucional, que possa ser acionada a qualquer momento pelos Membros, sejam eles Procuradores, Promotores de Justiça ou Promotores de Justiça Adjuntos, envolvendo os mais variados assuntos.
- A implementação do Banco de Manifestações Processuais – BAMP, instrumento de gestão de conhecimento, pelo qual todas as manifestações produzidas no âmbito do MPDFT passarão a integrar banco de dados de fácil acesso, com recursos de pesquisa textual. O BAMP viabilizará a troca ágil e eficiente de experiências e a maior integração dos órgãos de execução do MPDFT. Ademais, o BAMP garantirá a preservação, em meio eletrônico, de todos os documentos produzidos pelos Membros do MPDFT.
- A otimização dos recursos humanos tem por objetivo promover a distribuição racional e equitativa do trabalho entre Membros e entre Servidores, de modo a oferecer ao MPDFT um modelo de estrutura organizacional integrada e capaz de fazer face às demandas que lhe são apresentadas. Trata-se de estudo aprofundado da realidade do Ministério Público, que servirá como subsídio para a formulação de propostas de aperfeiçoamento de nossa Instituição, a serem amplamente discutidas com a classe, respeitadas as peculiaridades de cada área de atuação e as prioridades institucionais.

Cuidado integral

Segurança e proteção para os moradores da maior região administrativa do DF

Os Promotores de Justiça de Ceilândia trabalham em diversas frentes para garantir os direitos e interesses da população. A Promotoria atua no combate à violência doméstica e nas escolas, além de acompanhar o trabalho da polícia nas investigações de crimes graves e nas denúncias de abuso de poder contra os cidadãos. Só em 2007, 5,7 mil processos passaram pelas mãos dos Promotores de Ceilândia.



Nas escolas

Ceilândia é uma das cidades mais violentas do DF. Segundo balanço da Polícia Civil, de janeiro a setembro de 2007, 84 homicídios foram registrados na cidade. Para aumentar a proteção dada a alunos das escolas fundamentais e de ensino médio, o Ministério Público criou, em 2005, o Grupo de Apoio à Segurança Escolar (Gase).

A partir deste ano, sete escolas de Ceilândia terão o acompanhamento de Promotores. “Queremos saber quais são os problemas de segurança escolar que a comunidade enfrenta. Com isso,

poderemos auxiliar na resolução da violência e também fomentar uma cultura de paz e inserção social”, explica o Promotor Luís Gustavo Maia.



Proteção aos interditados

Em Ceilândia, a Promotora Andrea Jorge coordena a replicação do projeto Fiscalização de Curatelas e Proteção aos Interditados, criado pela Promotoria de Família de Brasília. “O objetivo maior é defender os interesses das pessoas que não têm condições de responder por atos civis. Mas o projeto também contribuirá com a melhoria da estrutura das Promotorias de Família de Ceilândia, por meio da sistematização e aprimoramento da fiscalização das interdições e curatelas”, explica Andrea.

Como parte do projeto, os Promotores estão realizando visitas aos hospitais e instituições sociais que cuidam de pessoas incapazes. A Promotora Andrea Jorge diz que essas visitas são importantes para se verificar em que condições vivem os interditados e se realmente estão sendo bem cuidados.



Crimes Graves

A 1ª e a 2ª Promotorias Criminais de Ceilândia fizeram um levantamento, no final de 2006, sobre o número de inquéritos investigativos, instaurados nos dois anos anteriores, em quatro delegacias de polícia (DPs) do Distrito Federal: a 15ª DP, em Ceilândia; a 21ª DP, em Taguatinga; e a 14ª e a 20ª, no Gama. O resultado é preocupante: o índice de abertura de inquéritos é muito baixo.

Em 2004, a 15ª DP recebeu, por exemplo, 1.749 ocorrências de roubo, mas só 57 inquéritos foram instaurados. Percentualmente, apenas 3% dos registros chegaram a ser investigados formalmente. Nas outras DPs, os números não são diferentes. “O Ministério Público só toma conhecimento de um crime por meio da instauração do inquérito. Então, em Ceilândia, a Promotoria não tomou conhecimento de mais de 90% das ocorrências de roubo”, alerta o Promotor Rodrigo Fudoli.

A partir do levantamento, os Promotores perceberam que era necessário acompanhar mais de

perto o destino que a polícia dá às comunicações de ocorrência. Para isso, foi implantado o programa Fiscalização da Investigação em Crimes Graves, coordenado por Fudoli e pelo Promotor Marcelo da Silva Oliveira. Além da Promotoria de Ceilândia, apóiam o projeto Promotores de Justiça do Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial (NCAP), do Gama e de Taguatinga.

As Promotorias Criminais de Ceilândia já estão analisando as ocorrências feitas em fevereiro de 2007 na 15ª DP. “O Ministério Público é autor da ação penal. Temos todo o interesse de que as ocorrências sejam apuradas de forma eficiente. E há casos que exigem maior fiscalização da atividade policial, como apreensões de drogas e armas. Esses casos devem ser encaminhados diretamente ao Poder Judiciário. Sem a instauração do inquérito, não temos como controlar se foram enviados ou não para a Justiça”, afirma Fudoli.



Polícia Cidadã

A Promotoria de Ceilândia elaborou, em parceria com o Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial e as Promotorias Militares, uma cartilha para orientar a população na sua relação com a polícia. “O objetivo dessa cartilha é informar a população sobre direitos e

deveres em casos de abuso de autoridade. Percebemos que cidadãos eram vítimas deste tipo de delito e não sabiam o que fazer para se defender”, explica o Promotor Luis Gustavo Maia.

Os cidadãos vão conhecer, por meio da cartilha, as instituições responsáveis pela segurança pública no DF, os seus direitos no relacionamento com os policiais civis ou militares e o que fazer em situações de coação por agentes de polícia. “A cartilha ensinará os cidadãos a agir, por exemplo, quando forem abordados na rua por policiais”, conta Maia. O livreto será distribuído em todo o Distrito Federal.



Pelas famílias

Em 2007, a Promotoria de Ceilândia criou o projeto Sempre Viva, para atender as vítimas de violência doméstica. “Percebemos que era necessário dar um atendimento mais especializado para os envolvidos nesses casos, tanto vítimas quanto agressores. É um trabalho voltado para o atendimento do núcleo familiar”, explica a Promotora Alessandra Morato.

O Sempre Viva oferece orientação jurídica e atendimento psicossocial a famílias, por meio de parceria com universidades e faculdades do DF, com a Defensoria Pública e com o Tribunal de

Justiça. Vítimas e agressores fazem terapia de casais, em grupo ou individualmente. Pelo menos 86 pessoas foram atendidas desde a fundação do Sempre Viva. Além disso, a iniciativa prevê cursos profissionalizantes e inclusão das famílias em programas sociais.

A piauiense Lídia Pereira Barros, 28 anos, tem cinco filhos. Não tem emprego, pois se dedica exclusivamente a cuidar das crianças, e vive numa casa alugada em Ceilândia. Recebeu apoio do projeto Sempre Viva depois de denunciar os maus tratos que sofria do ex-companheiro. “A Promotoria está me ajudando no processo de guarda e pensão. Também consegui creche para as crianças.”

Raio-X

Ceilândia é a maior Região Administrativa do Distrito Federal. Sua população de quase 340 mil pessoas representa 17% do total de habitantes do DF. Ceilândia é, também, uma das cidades com maior concentração de pobreza. Dados da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan) de 2006 revelam que a renda *per capita*/mês é de 1,2 salário mínimo. Em 15,9% das residências, a renda média domiciliar mensal é mais baixa que um salário mínimo.



A família Cordeiro se apresenta na Feira do Pedregal

Feira do Pedregal

MPDFT e MPMGO atuam em parceria no combate ao crime e para garantir o bem-estar da população

O casal Gilvan e Rosineide Cordeiro saiu de ônibus do Piauí com três de seus oito filhos para tentar uma vida melhor na capital federal, no fim de 2007. Com instrumentos musicais em mãos, começaram a divulgar seu trabalho na Feira do Produtor Rural Benedito Dantas dos Santos, mais conhecida como Feira do Pedregal, em Santa Maria/Novo Gama. Os três meninos nasceram com deficiência visual, mas têm conseguido demonstrar, por meio da música, o quão aguçados são os outros sentidos.

Onorina Maria de Araújo, a Paráiba, também trabalha nesta que é considerada a segunda maior

feira aberta do Brasil. Ela vende comidas nordestinas típicas. “Estou aqui há 32 anos e sou uma das fundadoras. Costumo dizer que tenho quatorze filhos, os de nascimento e mais a feira”, diz.

Assim como eles, mais de duas mil famílias tiram seu sustento de atividades na Feira do Pedregal. Regularizada em 1998, recebe cerca de seis mil pessoas todos os domingos. No entanto, nos últimos tempos, feirantes e visitantes têm se sentido ameaçados. Receptação de mercadorias furtadas, tráfico de drogas e até prostituição infantil: a criminalidade está colocando em risco as pessoas que trabalham de forma séria no local.

Para combater esses problemas, os Ministérios Públicos do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e o de Goiás (MPGO), por meio das Promotorias de Justiça de Santa Maria e do Novo Gama, decidiram atuar em conjunto. Com o apoio das prefeituras e das polícias civis e militares, os dois órgãos estão organizando um trabalho de inteligência para descobrir quem são e como atuam os criminosos na Feira do Pedregal.

De acordo com Cláudio Portela, Promotor Criminal em Santa Maria, a iniciativa baseia-se na conscientização dos feirantes. “É comum encontrar réus que compraram armas e entorpecentes por lá. O fechamento da Feira

do Rolo, em Ceilândia, trouxe diversas irregularidades para o Pedregal. A partir dessa iniciativa, vamos diminuir a criminalidade em toda a região”, diz. Uma cartilha lançada em fevereiro orienta os feirantes sobre a importância do trabalho de fiscalização.

Ferros-velhos

Outra meta da Promotoria de Santa Maria é resolver os problemas relacionados aos ferros-velhos. Eles têm sido usados para crimes como desmanche de carros roubados e compra de fios furtados das redes elétrica ou telefônica. Ao todo, são 30 ferros-velhos em Santa Maria e Novo Gama. “Fizemos reuniões de esclarecimento,



vamos monitorar de perto a questão e abranger também Gama e Valparaíso”, planeja Portela.

A Promotora de Justiça do Novo Gama Vanessa Goulart Barbosa explica que será assinado um Termo de Ajustamento de Con-

duta (TAC) com os donos de ferros-velhos para facilitar a fiscalização dos estabelecimentos. “A ação conjunta entre as Promotorias, tanto na Feira do Pedregal como no caso dos ferros-velhos, será fundamental para combater as irregularidades.”

Redes entrelaçadas

Em 2008, o plano de atuação da Promotoria de Justiça de Brazlândia vai se concentrar na fórmula que tem levado melhorias concretas à vida da comunidade. Desde 2004, o projeto Articulação de Redes Sociais reúne entidades e associações para conhecer de perto as dificuldades e anseios da cidade e desenvolver ações de apoio à população. São instituições educacionais, de saúde, ONGs, entidades governamentais e a Promotoria de Justiça que se encontram periodicamente para pautar um modelo de atuação conjunta. O foco são os

problemas da comunidade em geral: saúde, segurança, idoso, criança, pessoa com deficiência.

Um dos projetos que a Promotoria pretende implantar a partir de 2008 é a Oitiva Sem Dano, que beneficiará crianças e adolescentes vítimas de abuso e violência sexual. O Promotor-Chefe de Brazlândia, Antônio Roberto Ferreira da Silva, explica que o objetivo do projeto é evitar a exposição da

criança vítima de abuso sexual ao ambiente formal da sala de audiências. “Será possível depor em local mais receptivo, com a intervenção de técnicos capacitados, evitando perguntas traumáticas.”



Um projeto De olho no futuro

Promotoria preocupa-se com prevenção, apoio psicológico e mapeamento de gangues

A falta de estrutura familiar tem levado inúmeros problemas às casas do Gama. A conhecida receita de amor e companheirismo para se ter um “lar doce lar” tem dado lugar a histórias de violência, ameaças e hostilidade. Uma cabeleireira de 45 anos é uma das moradoras que trava uma luta diária para superar esse tipo de trauma.

Mesmo dentro de casa, ela tinha motivos para se sentir insegura. “Eu era agredida, ficava duas semanas mal comigo mesma, mas depois perdoava. Era uma coisa

humilhante, ela vivia me batendo e me xingando. Cheguei a ter medo de morrer. Mas denunciar a própria filha não é fácil”, diz.

Casos como este chegam com frequência à Promotoria de Justiça do Gama. Além da atuação judicial, o trabalho coloca as famílias em contato com acompanhamento psicológico especializado. “Tem sido de grande importância, porque não é só quem comete o delito que fica afetado, mas toda a família. Temos alcançado resultados positivos e sentimos a confiança da comunidade”,

afirma o Promotor de Justiça Joséfino Curcino Ribeiro.

Ele explica que o uso de álcool e drogas é a principal razão para tantos delitos no ambiente familiar. “Cerca de 60% dos processos da Promotoria são relacionados à violência e a maioria absoluta refere-se ao seio familiar. Preventivamente, mesmo quando há desistência do processo criminal, indicamos o tratamento psicológico.” Grupos organizados, hospitais, universidades e igrejas são parceiros.

Segurança nas escolas

A iniciativa faz parte do projeto *De Olho no Futuro*, que prevê outras frentes de trabalho. Uma delas é o combate a roubos e homicídios a partir da identificação de gangues. Nos últimos tempos, jovens têm se organizado em grupos para disputar pontos de tráfico. “Fizemos a aproximação com unidades policiais e estamos examinando minuciosamente cada processo para agirmos no enfrentamento direto”, explica o Promotor de Justiça Marcello Oliveira Medeiros. A 14ª Delegacia de Polícia foi escolhida para a realização do projeto-piloto, em 2008.



Justiça itinerante beneficia comunidades



A Justiça está mais perto da população brasileira. Desde que a Prociudadã – Promotoria de Justiça de Defesa da Comunidade – inaugurou uma unidade móvel de atendimento, famílias carentes vêm tendo efetivo acesso ao Poder Judiciário. Em 2007, a assistência itinerante foi até Planaltina, Samambaia e Recanto das Emas. Realizou quase 1,5 mil atendimentos e a meta para 2008 é crescer ainda mais.

Segundo a Promotora de Justiça da Prociudadã, Marilda dos Reis Fontinele, o trabalho tem garantido

cidadania a comunidades que, em geral, estão à margem de seus direitos. “Elas acessam a Justiça em busca de tutelar direitos. Damos orientações jurídicas, realizamos acordos e encaminhamentos em diversos assuntos, como conflitos familiares, reconhecimento de paternidade, reparação de danos e questões de vizinhança”, explica.

Equipado com uma estrutura especial e com o *slogan* “O MP Mais Perto de Você”, o ônibus da Prociudadã visita as cidades do DF periodicamente. Duas equipes

dividem-se na tarefa: uma atua no atendimento, visitando residências e recebendo as demandas da população. Eles checam se há a necessidade de se marcar audiência entre as partes.

Em caso positivo, entra em cena a segunda equipe, formada pela Promotora e por servidores do MPDFT. A audiência é feita dentro do próprio ônibus, que permite até três conciliações simultâneas. Para agilizar ainda mais o trabalho o ônibus receberá, em breve, computadores e ar-condicionado.

Cooperação entre Promotorias

As Promotorias de Justiça de Fazenda Pública e de Defesa da Saúde (Prosus) iniciam em 2008 o Projeto Integração, que prevê a atuação conjunta em questões relativas à saúde pública. A definição dos moldes da parceria começou em fevereiro.

De acordo com a Promotora de Justiça Claudia Chagas, os Promotores que atuam na área da Fazenda Pública têm contato diário com processos cujos pedidos são baseados no direito constitucional à saúde. “Por meio do Projeto Integração

pretendemos construir um canal de comunicação e atuação conjunta eficiente. Assim, informações sobre os processos individuais poderão contribuir para o trabalho da Prosus e, da mesma forma, o acompanhamento mais próximo das ações daquelas Promotorias propiciará uma maior agilidade e qualidade na resolução de problemas.”

“Certamente, com uma maior integração, contribuiremos para a prestação de um serviço público completo e de melhor qualidade à população do Distrito Fede-

ral”, acrescenta a Promotora Maria Rosynete Lima.

Aperfeiçoamento

As Promotorias de Fazenda Pública atuam constantemente em processos que também são de interesse de outras Promotorias Especializadas. Além de questões ligadas à saúde, são comuns casos relacionados às áreas do patrimônio público, meio ambiente e ordem urbanística. A partir dos resultados da parceria com a Prosus, serão propostos novos programas de cooperação.

Cidade mais segura

Capital econômica do Distrito Federal, Taguatinga sofre com problemas de segurança comuns às grandes cidades. As dificuldades em identificar e punir criminosos levaram o MPDFT a estruturar um projeto com objetivo definido: aumentar o número de ocorrências policiais que se tornam inquéritos e, também, as prisões em flagrante.

Segundo levantamento da Secretaria de Segurança Pública, de janeiro a novembro de 2007, a Polícia Civil registrou 167 mil ocorrências criminais em todo o Distrito Federal. A quantidade de inquéritos instaurados vai na contramão: foram 17,6 mil no mesmo período. Dados da Polícia Militar mostram que, em Taguatinga, aconteceram 2.249 roubos em 2007. As quatro delegacias da cidade recolheram 167 armas, oito a mais que em 2006. “É uma cidade com características de metrópole, com grande população, centro comercial ativo e indústrias. Temos o desafio de aumentar a segurança no local”, diz o Diretor-Geral Adjunto da Polícia Civil, João Monteiro Neto.

Para tentar mudar as estatísticas, o MPDFT pretende mapear as áreas mais sensíveis a roubos e crimes. A instalação de câmeras de segurança na cidade é uma das apostas.

A medida está sendo negociada entre MPDFT, Administração Regional de Taguatinga, comandos de polícia e empresários. Também serão solicitados às delegacias todos os registros de ocorrências de roubo para identificar locais e horários críticos. “Será possível detectar lugares mais perigosos e aumentar o policiamento, o que reduz a incidência de roubos e aumenta a quantidade de prisões em flagrante”, prevê o Promotor de Justiça Leonardo Jubé, de Taguatinga.

Fiscalização

Melhorar a interação com a Administração Regional é outra meta do MPDFT em Taguatinga. “Vamos

checar alvarás de funcionamento, pois acontecem muitos shows na cidade, eventos onde há muitas drogas e armas”, destaca o Promotor-Chefe da cidade, Bernardo Urbano Resende. A fiscalização de quiosques, bares, casas noturnas e hotéis de Taguatinga é outra ação a ser tomada para inibir os crimes.

Segundo João Monteiro Neto, um dos instrumentos para apertar o cerco à criminalidade é a instalação de uma delegacia de combate ao tráfico de entorpecentes no eixo Taguatinga – Ceilândia. “A idéia conta com a simpatia do governador José Roberto Arruda e deve se concretizar até o meio de 2008”, afirma.

Qual o maior problema de segurança em Taguatinga?



Lélia Maria Arantes – Comerciante

“Além dos assaltos, Taguatinga tem sido alvo de muitos seqüestros. O problema começa na periferia e a fiscalização só acontece no centro.”

Lucivaldo Menezes – Gari

“Falta policiamento nos pontos mais perigosos. A polícia está mal preparada para lidar com o crescimento da violência.”



Rosimeire Lemes – Voluntária em obra social

“Fui assaltada duas vezes no último ano. A polícia não está onde a gente precisa.”

Menos armas, menos crimes

MPDFT lança programa contra violência em parceria com as Polícias Civil e Militar

Recanto das Emas e Samambaia estão entre as cidades mais violentas do Distrito Federal. Roubos, homicídios e tráfico de drogas são os crimes mais comuns. Segundo dados da Polícia Civil, o total de furtos em Samambaia aumentou 23% entre 2006 e 2007. O número de homicídios dobrou. No Recanto das Emas, o índice de roubos em 2007 foi um dos mais altos entre as Regiões Administrativas do DF. O número de homicídios e de tentativas de homicídio também cresceu.

Para mudar essa realidade, o MPDFT lançou em outu-

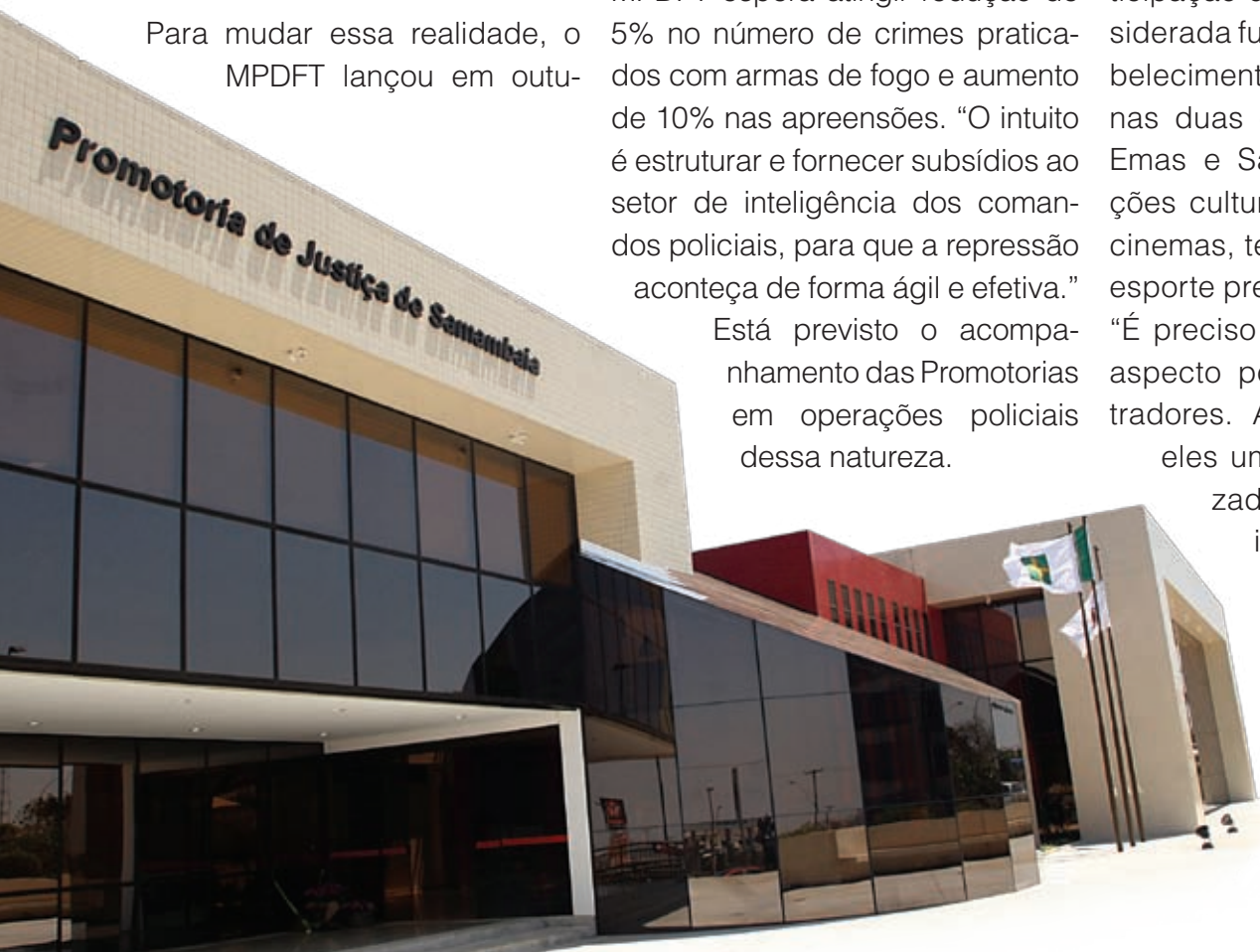
bro o programa *Armas de Fogo em Samambaia e Recanto das Emas: Tolerância Zero!*. São dois os objetivos: coibir os crimes praticados com armas e aumentar o número de apreensões. Para colocar o programa em prática, foi estabelecido um calendário de ações até outubro de 2009, em parceria com as Polícias Civil e Militar.

A Promotora de Justiça Thais Freire da Costa Flores, uma das coordenadoras do programa, explica que o trabalho tem metas objetivas. O MPDFT espera atingir redução de 5% no número de crimes praticados com armas de fogo e aumento de 10% nas apreensões. “O intuito é estruturar e fornecer subsídios ao setor de inteligência dos comandos policiais, para que a repressão aconteça de forma ágil e efetiva.”

Está previsto o acompanhamento das Promotorias em operações policiais dessa natureza.

Para a Promotora de Justiça Raquel Aparecida Feliciano, coordenadora do projeto, um dos resultados do programa será a criação de uma base de dados que poderá apontar a origem das armas que entram no DF. “Hoje não se tem nenhum levantamento. Vamos trabalhar a partir de todos os registros de apreensões das delegacias e, assim, ter estratégias de combate mais eficazes.”

O projeto envolverá também as Administrações Regionais. A participação desses gestores é considerada fundamental para o estabelecimento de políticas públicas nas duas cidades. Recanto das Emas e Samambaia não têm opções culturais e de lazer. Faltam cinemas, teatros e as quadras de esporte precisam ser reformadas. “É preciso muita atenção a esse aspecto por parte dos administradores. Além disso, caberá a eles uma fiscalização organizada de feiras e espaços ilegais, onde crimes e venda de armas são comuns”, esclarece.



Prodep regionalizada

Promotores fiscalizarão de perto a aplicação dos recursos públicos nas cidades

A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público (Prodep) está intensificando a fiscalização nas cidades do Distrito Federal por meio da regionalização dos seus trabalhos. A iniciativa, coordenada pela Assessoria de Políticas Institucionais, abre caminho para que o Ministério Público atue mais perto da população e possibilita maior controle sobre questões diversas como limpeza urbana, publicidade governamental e ocupação de áreas públicas.

O plano de trabalho está sendo implantado em três cidades: Ceilândia, Taguatinga e Santa Maria. A arrancada do projeto, em sua fase piloto, aconteceu em junho de 2007. “Se os resultados forem positivos, a medida será aplicada também em outras cidades”, afirma o Promotor Ivaldo Lemos, da Prodep. “O Promotor que trabalha na cidade conhece melhor a realidade local e os problemas mais urgentes, por isso o trabalho conjunto vai aprimorar sua atuação”, acredita.

A Promotora Carina Costa Oliveira Leite explica que a Prodep, por funcionar na sede do MPDFT, no Plano Piloto, recebe poucas representações sobre fatos ocorridos nas outras cidades. “As pessoas



Shopping popular de Ceilândia

não têm condições financeiras nem tempo para vir até aqui expor suas reivindicações. A distância geográfica atrapalha. Abrindo o espaço para que elas denunciem nas próprias cidades, a atuação será mais efetiva.”

Regionalização

Em Ceilândia, o projeto é coordenado pelos Promotores Alexandre Salles e Thiago Pierobom, com o apoio de Carina Leite. Pierobom acredita no sucesso da proposta. “Os Promotores que estão nas cidades vivem o dia-a-dia da comunidade. Eles têm condições

de defender melhor os interesses da população.”

Alexandre Salles destaca os avanços desde a implementação do projeto na cidade. “Conseguimos a extinção da Feira do Rolo, em agosto de 2007, e também iniciamos a discussão sobre o Shopping Popular. A partir da nossa contribuição, a Prodep ajuizou uma ação pedindo a anulação da ocupação do shopping.”

O Promotor Jamil Amorim, da 2ª Promotoria Cível de Taguatinga, estará a frente da iniciativa na cidade, com o apoio de Ivaldo Lemos. Segundo ele, a regionalização da Prodep viabiliza também a realização de um trabalho preventivo, como o de fiscalizar as irregularidades nos quiosques comerciais da região.

Em Santa Maria, o Promotor Cláudio Portela conta que o trabalho de fiscalização já é feito há algum tempo, principalmente em questões ambientais e na investigação de casos de nepotismo. “O cidadão deve sentir que está em casa e que pode contar com a gente.” O Promotor Eduardo Gazzinelli é o responsável pela aproximação da Prodep com Santa Maria.

Mais dados sobre medicamentos

Promotoria quer impulsionar políticas públicas para a assistência farmacêutica

O sistema público de saúde do Distrito Federal conta com 15 hospitais, 61 centros de saúde, 37 postos de saúde e três unidades mistas, que acabam servindo também à população do Entorno. De acordo com a Promotora, Lígia dos Reis, denúncias sobre falta de medicamentos são constantes.

Por isso, a Promotoria coordena projeto para impulsionar as políticas públicas de assistência farmacêutica no DF. “Queremos que a compra de medicamentos seja feita de forma racional, sem prejudicar os cofres públicos.”

O projeto também visa reunir dados técnicos sobre a falta de medicamentos. “O governo do DF



sempre diz que a falta de algumas medicações se deve à ausência de recursos para a compra, mas sabemos que o DF é privilegiado nesta área. Então, sentimos a ne-

cessidade de reunir dados técnicos sobre a questão, para que esses argumentos entrem no processo judicial como matéria de prova”, afirma Lígia.

PEC tem plano de uniformização

A Promotoria Especial Criminal (PEC) de Brasília recebe em média 150 novos Termos Circunstanciados (TCs) todos os meses. Mas nem todos esses procedimentos têm dado agilidade ao processo investigativo de pequenos delitos. Muitos chegam às mãos dos Promotores com problemas estruturais ou encobrem a prática de infrações administrativas.

Para evitar os desvios e reduzir o número de TCs devolvidos, a PEC está implementando o projeto *Instrumentalização do Termo Circunstanciado*. Estão à frente da iniciativa os Promotores de Justiça Daniel Rodrigues de Faria, da 12ª PEC, e Rose Meire Cyrillo, da 7ª PEC. A finalidade é conscientizar e capacitar os agentes no uso correto do Termo Circunstanciado.

A iniciativa complementa o Plano de Uniformização do Termo Circunstanciado, iniciado em 2005, e prevê parcerias com a Promotoria de Justiça Militar e as polícias Militar e Civil, além de outros órgãos públicos. Os Servidores da PEC também participarão de cursos para identificar agentes envolvidos com o uso irregular de Termos Circunstanciados.

Mutirão proporcionará tratamento justo

O projeto das Promotorias de Execuções Penais é organizar um mutirão para resolver o problema de atraso nos inquéritos disciplinares (IDs) nos presídios do DF. Desde meados de 2007, a equipe das Promotorias tem se reunido com Juízes da Vara de Execuções Criminais, Defensoria Pública, chefes dos Núcleos de Disciplina, Núcleos de Práticas Jurídicas e diretores das penitenciárias para discutir a normatização de procedimentos.

O objetivo é levar tratamento justo aos presos de acordo com o comportamento carcerário. Quan-

do ocorre uma falta, como tentativa de fuga, um inquérito é instaurado. Qualquer progressão ou regressão de regime da pena depende de decisão judicial, que só ocorre após a finalização do inquérito.

O caso mais urgente é o da Penitenciária do DF I (PDFI), que tem 743 IDs em atraso. Ao todo, os seis presídios da capital somam quase 1,2 mil IDs em apuração.

Resolução editada pela Subsecretaria do Sistema Penitenciário do DF, para regulamentar o andamento dos inquéritos, está na fase

de aprovação. Já foi revisada e recebeu sugestões das Promotorias de Execuções Penais.

A Promotora de Justiça Helena Duarte afirma que, assim que a situação da PDFI for regularizada, os Promotores farão visitas mensais aos Núcleos de Disciplina dos presídios para garantir o efetivo cumprimento dos prazos na apuração dos IDs. “A meta é ter um limite de 90 dias para a conclusão de um inquérito disciplinar. Sempre que esse prazo for excedido, o diretor do presídio deverá ser comunicado para tomar as providências necessárias.”

Dinamismo na educação

No Projeto de Política de Atuação a Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (Proeduc) decidiu realizar uma reestruturação interna. Diante do elevado número de demandas nessa área, as equipes que atuam na 1ª e na 2ª Proeduc decidiram estabelecer uma

nova rotina de trabalho, que permita racionalizar as tarefas do dia-dia e atender melhor à população.

Criada oficialmente na estrutura do MPDFT em 2002, a Proeduc tem feito reuniões periódicas para definir procedimentos e prioridades para 2008. “Capacitaremos toda a equipe, trabalhando noções

de Direito e delimitando nossas atribuições. Teremos um funcionamento mais coeso, mais dinâmico e os efeitos serão sentidos em curto prazo”, explica a Promotora Ana Luisa Rivera, da 1ª Proeduc, que, juntamente com a Promotora Márcia Pereira da Rocha, da 2ª Proeduc, coordena a reestruturação.

A Proeduc atende a demandas diversas, desde a carência de creches em determinada localidade até a fiscalização de recursos para educação.

Equipe da Proeduc:
nova rotina garantirá a eficiência



Promotoria protege interditado

MPDFT quer evitar que curadores cometam abusos ou irregularidades

É comum as Promotorias de Justiça de Família de Brasília encontrarem processos de interdição mal intencionados. São pedidos sobre pessoas que, na verdade, são capazes de reger a sua própria vida e os seus bens. Alguns curadores agem de má fé, interessados em se apropriar do patrimônio do interditado.

Por causa de situações como essas, as Promotorias de Justiça de Família de Brasília vêm intensificando a fiscalização sobre os processos de interdição e de prestação de contas. Também determinam visitas sociais aos domicílios dos interditados, contando para tanto com o auxílio do Serviço de Proteção aos Interditados (Serpim), criado em 2005, por meio do Projeto de Fiscalização das Curatelas e Proteção aos Interditados. Esse projeto prevê também a sistematização das ações do MP nessa área.

Intimação

A Promotora de Justiça Maércia Correia de Mello explica que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) quer proteger os interditados de abusos e irre-



gularidades cometidos por alguns curadores. “O objetivo do projeto é garantir que os interditados sejam respeitados e atendidos em todas as suas necessidades”, afirma. Assim, quando houver irregularidades, o MP poderá requerer de imediato a intimação do curador para prestar contas ou a sua remoção, dentre outras medidas.

Todos os processos de interdição estão sendo cadastrados no sistema SisproWeb, desenvolvido pelo Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação do MPDFT. A partir

dele, os Promotores de Justiça de Família podem acompanhar o histórico das interdições e prestações de contas. Assim, conseguem saber mais facilmente se os curadores estão cumprindo devidamente sua função.

A revisão dessas ações permite ainda checar se há fraudes por parte dos curadores. “O sistema modernizou a atuação da Promotora e tem sido fundamental para que possamos cumprir o objetivo de preservar a integridade física e o patrimônio dos interditados”, avalia Maércia Correia.

Infância sem drogas

Promotores exigem do GDF a instalação de centros de atenção psicossocial

Pesquisa da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) e do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid) mostra que, no Brasil, adolescentes entre 12 e 17 anos têm facilidade de acesso a drogas. De acordo com o II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, realizado em 2005, 7,8% dos jovens entrevistados já foram abordados por pessoas oferecendo agentes psicoativos.

Os pesquisadores ouviram quase oito mil brasileiros de 108 cidades. Cerca de 23% confessou já ter feito uso de drogas, desconsiderando o álcool e o tabaco. Além disso, 55% dos entrevistados disseram já ter experimentado bebidas alcoólicas e 7,7% afirmaram ser dependentes. Outros 18,4% já provaram tabaco e 2,4% reconhecem ter dependência.

O fácil acesso a drogas não é o único problema que afeta os jovens do Distrito Federal. Eles também são atingidos pela violência. Conforme o estudo *Saúde Brasil 2006 – uma análise da situação de saúde*, elaborado pelo Ministério da Saúde, o Distrito Federal é a quinta região do País onde crianças e adoles-

centes têm mais chances de morrer assassinados.

Atuação

Diante deste quadro, o MPDFT tem tomado medidas para combater o consumo de drogas por crianças e jovens. A Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude (PDIJ) pretende mudar as estatísticas por meio do projeto *Prevenção e Controle do Uso de Substâncias Psicoativas por Crianças e Adolescentes do Distrito Federal*. É o que afirma o Promotor-Chefe, Renato Barão Varalda.

“O plano propõe atuação em várias frentes simultaneamente, desde fiscalizar estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas até articular políticas públicas, sensibilizando a sociedade sobre o tema.” Ele destaca ainda que o consumo de drogas está diretamente ligado à violência.

De acordo com a Promotora Jaqueline Gontijo, um dos focos da iniciativa é exigir do Governo do Distrito Federal a instalação de



Imagem de cartilha produzida em parceria com o UNODC

centros de atenção psicossocial especificamente voltados para o atendimento de crianças e adolescentes envolvidos com álcool e drogas. “O único serviço de saúde oferecido pelo GDF para este público é o Adolescente, que tem sede apenas no Plano Piloto, não oferecendo internação para os casos mais graves”, afirma.

A PDIJ, em parceria com a Central de Medidas Alternativas, conta com uma equipe de psicólogos que atende adolescentes envolvidos com porte de drogas e que realiza palestras para orientá-los. “É preciso lembrar que o MPDFT está atento à necessidade de se priorizar a prevenção ao uso de drogas, como instrumento para a solução do problema. Estamos sempre monitorando as ações do governo distrital”, conclui Jaqueline.



Conscientização pela paz no trânsito

Uma das principais causas de mortes no Brasil, os acidentes de trânsito estão na mira do MPDFT neste ano de 2008. O projeto Trânsito com Consciência, coordenado pela Promotoria de Justiça de Delitos de Trânsito, pretende mudar o panorama das rodovias e avenidas da capital federal.

Os dados mostram que, nesse quesito, o DF já ultrapassou o sinal vermelho: a média anual de mortes é de 520 pessoas. O número tem relação direta com a combinação bebida + direção. Cerca de 40% das vítimas têm mais álcool no sangue do que o permitido pelo Código Brasileiro de Trânsito. “O prejuízo é para toda a sociedade, e em especial para os jovens”, avalia a Promotora Laura Beatriz Rito, idealizadora do projeto Trânsito com Consciência.

Segundo Laura, grande parte do problema deve-se à falta de conscientização dos motoristas. “Estamos mobilizando governo e sociedade civil para atuarmos juntos com a bandeira da prevenção. A partir do trabalho de reeducação no trânsito, tiraremos elementos para formar políticas públicas de curto prazo que alterem essa situação”, explica.

No fim de 2007, a iniciativa foi apresentada a diversas organizações não-governamentais e a autoridades de diferentes setores do Poder Público. O objetivo do MPDFT é estabelecer uma divulgação maciça do projeto e construir diretrizes comuns entre a Promotoria de Justiça de Delitos de Trânsito e a Vara de Delitos de Trânsito, para que o álcool seja entendido pela população como uma grave ameaça.

Justiça

É exatamente essa postura por parte dos motoristas que Beth Davison quer ver nas pistas do DF. Ela perdeu o filho, o ciclista Pedro Davison, em agosto de 2007. Ele foi atropelado em uma das vias de alta velocidade de Brasília, o Eixão, mesmo estando em uma faixa proibida para veículos automotores.

O condutor dirigia em alta velocidade, tinha consumido bebida alcoólica e sua habilitação estava vencida. Fugiu sem prestar socorro. Inicialmente, foi indiciado por homicídio culposo. No entanto, após ação do MPDFT, o motorista foi enquadrado em homicídio doloso (com intenção de matar). “Queremos que o exemplo fique para todos da sociedade. Tudo o que o Poder Público fizer para deixar claro que não se pode brincar no trânsito é bem-vindo”, afirma Beth.

Pela paternidade

Banco de DNA e Programa Pai Legal garantem os direitos de muitas crianças

A pequena C., de 9 anos, é moradora da Vila Estrutural. Ao contrário dos amigos, não abria um largo sorriso quando chegava a época de Natal, aniversário e outras datas comemorativas. Ela sonhava ter um pai como as outras crianças. A mãe da menina não tinha nenhuma informação sobre o pai, além do nome. “Não tinha dinheiro para contratar um detetive ou coisa parecida. Como poderia encontrar o pai dela?”

Tudo mudou quando a família recebeu uma carta do Projeto *Pai Legal nas Escolas*. A mãe compareceu à audiência, contou o caso e, pouco tempo depois, des-

cobriu que o pai estava na Paraíba. Ele não sabia que tinha uma filha e, de pronto, se dispôs a fazer o exame de DNA. Hoje, C. tem a certidão de nascimento completa, passa as férias com o pai, recebe a ajuda dele e, principalmente, seu amor.

O exame foi feito com recursos do *Fundo de DNA*, da Promotoria de Justiça de Defesa da Filiação (Profide). Iniciado em 2006, o projeto tem transformado a vida de crianças como C., que não puderam conhecer o pai biológico. “Tivemos a idéia justamente para atender famílias com baixo poder aquisitivo, sem condições de descobrir o paradeiro do pai ou de pagar o exame”, conta a Promotora de Justiça da Profide, Renata Borges. O exame de DNA, em média, custa R\$ 240.

O Fundo de DNA é mantido por um convênio firmado entre a Profide, os Promotores dos Juizados Especiais Criminais e a Ampare, entidade filantrópica que atua no Distrito Federal. Os Promotores dos Juizados Especiais realizam propostas para o custeio de exames de DNA aos autores de crimes de menor potencial ofensivo. Com o dinheiro em conta, o projeto banca as despesas do exame. São feitos cerca de 30 testes

mensais por meio da iniciativa. Até agora, 300 famílias já foram beneficiadas.

A meta para 2008 é estender o projeto para todas as Promotorias do DF. Hoje, ele se concentra apenas no Plano Piloto, Núcleo Bandeirante e Guará. Com a realização de um número maior de exames de DNA, a Promotoria pretende diminuir o número de ações de investigação de paternidade nas Varas de Família do DF, proporcionando à parte carente uma resposta mais rápida em sua pretensão. Atualmente, há 1,2 mil procedimentos investigatórios em tramitação na Promotoria.

A Profide também pretende ampliar o *Pai Legal*. Desde 2004, o Ministério Público busca nas escolas da rede pública de ensino todas as crianças matriculadas, em cuja certidão não conste a paternidade declarada. São feitas audiências públicas para conscientizar as mães das crianças sobre os direitos dos filhos quanto à paternidade (Lei nº 8.560/92). “Em 2006 e 2007 atuamos em Ceilândia e realizamos atendimento aproximado de 9 mil mães. Este ano, faremos o mesmo trabalho em Samambaia”, conta Renata.

Tecnologia contra o crime

Poder investigatório do MP será ampliado

O Núcleo de Combate às Organizações Criminosas (NCOC) e o Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI) estão por trás de muitas das ações de maior destaque do MPDFT. O principal resultado em 2007 foi a Operação Aquarela, que desmantelou uma organização criminosa responsável por desvios milionários no Banco de Brasília (BRB). Enquanto o NCOC é responsável pelas investigações que levam à identificação e repressão às organizações criminosas, o CI processa e analisa dados coletados das mais diversas fontes para transformá-los em informações que possam ser utilizadas como provas pelos investigadores.

Atualmente o NCOC e o CI compartilham a mesma estrutura física e parte do quadro de servidores. A separação operacional é uma das metas para o ano de 2008, como explica o Coordenador do CI, Promotor de Justiça Wilton Queiroz de Lima: “Os dois setores precisam trabalhar próximos para possibilitar o intercâmbio de informações, mas é importante separar o produto das atividades

de inteligência do produto das atividades de investigação.”

O Promotor observa que no ano passado houve um estreitamento das relações entre o MPDFT e outros órgãos de repressão ao crime organizado. Um exemplo é a parceria com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça (DRCI), que foi fundamental na análise das informações coletadas durante a Operação Aquarela e promete mais resultados positivos em 2008. Recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas) vão permitir a montagem de uma réplica do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro do DRCI. Ele conta com softwares e equipamentos especializados na investigação financeira e no combate à evasão de divisas.

Como a atuação criminosa não respeita fronteiras, NCOC e CI precisam manter uma relação próxima também com os Ministérios Públicos estaduais. A Operação Limpa, que possibilitou a prisão de traficantes internacionais em Brasília, Mato Grosso, Goiás

e São Paulo e evitou a fuga de integrantes do PCC, contou com o auxílio do MPDFT. “Temos uma estrutura melhor do que a de outras unidades do MP. Por isso muitas vezes somos procurados por Promotores de outros Estados para auxiliar na análise de informações”, lembra Wilton.

Outra ação prioritária durante 2008 será a ampliação do acesso às bases de dados disponíveis para consulta. Estão previstos já para o primeiro semestre cursos sobre crimes cibernéticos e combate à lavagem de dinheiro. Além disso, o Coordenador do CI está elaborando um manual para dividir experiências bem sucedidas com Promotores e Procuradores de outras áreas. “Existem várias maneiras de fazer quebras de sigilo e pedir disponibilização de bens. Seguindo determinados padrões, que mostraram resultados positivos, torna-se mais fácil aproveitar as informações obtidas”, observa o Promotor.



Atuação em pauta

Criar um fórum de debates sobre as atividades do Ministério Público. Este é o objetivo dos encontros promovidos pela Procuradoria-Geral de Justiça, por intermédio da Assessoria de Políticas Institucionais, para integrar e construir um pensamento institucional participativo. A iniciativa pretende colocar em discussão temas relevantes para o MPDFT, instituindo parâmetros de atuação para os Membros.

Segundo o Assessor de Políticas Institucionais Dênio Augusto de Oliveira Moura, a distância entre

as circunscrições dificulta o debate. “Com este projeto, a idéia da administração é criar o ambiente adequado para a discussão”, diz. “Os resultados certamente vão enriquecer o trabalho dos Membros, sem interferir na garantia de independência funcional.”

Diversos temas já foram discutidos: Lei Maria da Penha, a nova Lei de Entorpecentes, a atuação das Promotorias Criminais e a integração entre as Promotorias da Infância e do Tribunal do Júri. As reuniões acontecem de forma dinâmica. Os participantes apresentam e defen-

dem suas proposições, que são a seguir levadas a votação.

Além do debate de aspectos jurídicos, os encontros servem para estabelecer medidas concretas. Foi a partir da reunião com os Promotores Criminais que surgiu a idéia da criação de um grupo de trabalho para discutir formas de se resguardar os dados pessoais de vítimas e testemunhas de crimes. “Já foi enviado um ofício ao Tribunal de Justiça, que se prontificou a colaborar”, explica Dênio Augusto. Para o primeiro semestre de 2008 já estão previstos três encontros.

MPDFT e UNODC: juntos pela segurança

O combate ao crime, à violência e ao uso de drogas uniu o MPDFT e o Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime (UNODC). A parceria deve ser fechada em breve e o trabalho será iniciado em abril de 2008 com um profundo diagnóstico da segurança pública no DF e Entorno.

Serão realizadas pesquisas para identificar as demandas prioritárias. “Será um mapeamento da desordem social, física, e a relação dessa desorganização com a criminalidade”, explica o Promotor Libanio Alves Rodrigues, Assessor de Políticas Institucionais.

A pesquisa utilizará ferramentas tecnológicas vindas dos Estados Unidos e será feita por especialistas da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade de São Paulo (USP). A partir daí, MPDFT e UNODC construirão mapas temáticos com a localização dos pontos de alta incidência de violência.

O objetivo é fortalecer a comunidade e desenvolver estratégias para o enfrentamento dos problemas na capital federal. “Vamos combater a criminalidade de forma preventiva”, acrescenta Libanio. Dados do Ministério da Justiça indicam que o Distrito Federal tem taxas de

violência altas, em comparação aos 26 estados brasileiros. Os números de crimes violentos contra o patrimônio e envolvendo drogas são os mais altos do País (2005).

MPDFT e UNODC estão em fase de levantamento de recursos financeiros para a segunda etapa do projeto: promoção da segurança escolar e integração entre a justiça penal e a rede de atendimentos a usuários de drogas. “Suécia e Bélgica já investiram US\$ 120 mil no projeto, vamos sensibilizar outros países para que cooperem com essa iniciativa”, diz a Coordenadora de Programas do UNODC, Cíntia Freitas.

Boa vizinhança

MPDFT e MPGO traçam estratégias de ação conjunta para combater violência no Entorno

A idéia vem sendo construída há mais de um ano e vai sair do papel para beneficiar as comunidades que vivem próximas da capital federal. A assinatura da portaria conjunta, no último dia 5 de dezembro, marcou o início dos trabalhos do Projeto Entorno, uma iniciativa pioneira que pretende combater problemas comuns ao Distrito Federal e às cidades vizinhas. Um Grupo de Coordenação será responsável por implementar ações e estratégias para a região.

A parceria tem objetivos definidos: agilizar a atuação dos Ministérios Públicos do DF e de Goiás e, assim, instituir planos mais eficazes de combate à criminalidade e de apoio social. “Os problemas do Entorno interligam o DF e Goiás. A partir de agora, teremos uma atuação judicial e extrajudicial conjunta, com estratégias definidas pelos dois órgãos, que vão permear todo o nosso trabalho institucional”, diz o Procurador-Geral de Justiça do

Distrito Federal e Territórios, Leonardo Azeredo Bandarra.

Novos procedimentos

O Procurador-Geral de Justiça de Goiás, Eduardo Abdon Moura, explica que o MPGO ouviu Promotores que atuam no Entorno para colher sugestões, conhecer a realidade da região e definir metas para o projeto. No primeiro semestre deste ano, começa a parte prática do entendimento entre MPDFT e MPGO. “Teremos uma reestruturação de procedimentos, uma nova cultura na nossa rotina que vai facilitar o

trabalho de todos e beneficiar as populações do Entorno.”

O Grupo de Coordenação do Projeto Entorno é formado por Membros dos dois Ministérios Públicos. A Promotora de Justiça Patrícia Guimarães é uma das representantes do Estado de Goiás. De acordo com ela, um dos focos do projeto é o combate à migração eleitoral. Em época de voto nas urnas, é comum a transferência de eleitores do Distrito Federal para o Entorno, e vice-versa. “Essa é uma questão importantíssima e que terá resultados práticos a partir da cooperação.



Abdon (E) e Bandarra: atuação conjunta no Entorno



Eixo Monumental – Praça do Buriti, Lote 2, Edifício-Sede – Brasília-DF CEP: 70.091-900
Telefones: (61) 3343-9604/ 3343-9601/ 3343-9690 Fax: (61) 3344-8251

www.mpdft.gov.br